



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1.711, DE 2012 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2011.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2011, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República*, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 18 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Antônio".

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Mário Covas".

ANEXO AO PARECER N° 1.711, DE 2012.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2011.

Acrescenta art. 7º-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A. A escolha do candidato a Presidente da República poderá ser feita mediante realização de eleições primárias, conforme as normas estabelecidas no estatuto do partido e atendendo aos seguintes pressupostos:

I – a partir de 1 (um) ano antes da data da eleição até o primeiro domingo de junho do ano da eleição, dia em que se realizarão as eleições primárias, os pré-candidatos poderão fazer campanha eleitoral, não constituindo infração eleitoral o pedido de votos;

II – a Justiça Eleitoral acompanhará todo o processo de escolha do candidato, expedindo o Tribunal Superior Eleitoral as instruções necessárias à sua realização e fiscalização;

III – os meios de comunicação poderão realizar debates entre os pré-candidatos, observando-se, no que couber, o disposto no art. 36-A;

IV – o candidato escolhido nas eleições primárias deverá ter a sua candidatura formalizada pela convenção, para fins de registro junto à Justiça Eleitoral.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Publicado no DSF, em 19/12/2012.